Sérgio Rizzo

Fonte: Ensino Superior, ano 8, n. 86, p. 22-25, nov. 2005.

Roosevelt Pinheiro/ABr

Um pacto pela EDUCAÇÃO

O ministro diz que o ensino é o maior desafio do país e a solução é transformá-lo numa "questão nacional", que ultrapasse governos e envolva várias gerações de cidadãos brasileiros

Num país de tanta desigualdade social, para não falar na irresponsabilidade política, transformar a educação em "prioridade absoluta" parece missão quixotesca. Mas é justamente esse o desafio lançado pelo atual ministro da Educação, Fernando Haddad. Professor universitário, esse paulistano de 42 anos assumiu o ministério em 29 de julho deste ano, em substituição a Tarso Genro, do qual era secretário executivo. Bacharel em Direito, mestre em Economia e doutor em Filosofia, Haddad é também autor de *Desorganizando o Consenso* (Vozes, 168 p.) e *Trabalho e Linguagem - Para Renovação do Socialismo* (Azougue Editorial, 242 p.). Nesta entrevista, concedida em seu gabinete, em Brasília, ao jornalista Sérgio Rizzo, o atual ministro busca esclarecer alguns pontos de atrito do MEC com as IES particulares e, ao referir-se à educação de modo geral, anuncia seu comprometimento com um pacto social e "intergeracional, para muitos governos".

***Ensino Superior** — Há quem defenda a idéia de que a elevação da qualidade do ensino nas instituições particulares de nível superior não depende, necessariamente, do aumento da capacidade de produção de pesquisa. O que o senhor pensa sobre isso? O vínculo existe?*

Fernando Haddad - Acho que não necessariamente. Contudo, temos uma Constituição a cumprir, e ela confere autonomia àquelas instituições de ensino superior *[IES]* que conjuguem de forma indissociável ensino, pesquisa e extensão. Concordo, não é verdade que uma IES, para ser boa, precise fazer isso; mas, para ter autonomia, a Constituição manda que sim. São dois assuntos diferentes. Há boas instituições dedicadas exclusivamente ao ensino, assim como há IES não tão boas que fazem pesquisa.

O senhor defenderia a autonomia para as que não produzem pesquisa?

O que a Lei de Diretrizes e Bases *[LDB]* prevê é que, cumpridos certos critérios de qualidade, prerrogativas de autonomia possam ser estendidas a instituições não-universitárias. Então, a LDB já abre esse caminho.

O senhor acredita que o governo já estabeleceu de forma clara e factível o padrão de qualidade que exige das instituições particulares, a ponto de que todas elas saibam em que direção seguir, ou essa questão ainda está um pouco nebulosa?

O Sinaes [*Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior]* está em andamento. Tivemos a primeira etapa da construção do Sinaes, que foi o Enade *[Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes]* do ano passado. Em nosso entendimento, ele superou as expectativas e foi muito bem-recebido pelas instituições. As poucas críticas que recebeu não se sustentam. O Enade demonstrou também ser um expediente eficaz de aferição do desempenho do estudante. Agora, há duas novas etapas que completam, pela primeira vez na história, no âmbito de um governo, em um único mandato, a avaliação dos cerca de 14 mil cursos de graduação do país. Terminaremos o governo Lula tendo aplicado o Enade a todos os cursos. Isso nunca foi feito. Em segundo lugar, a Conaes [*Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior]* e o Inep devem estar apresentando, para minha aprovação, os instrumentos de avaliação institucional externa e avaliação de cursos. Portanto, a partir desses instrumentos, sim, eu responderia positivamente: as instituições saberão o caminho a seguir porque aí estará consignado, nesses dois instrumentos, o que a Conaes deseja como critério de qualidade. Até esse momento *[que estava previsto para acontecer no final de outubro]*, haverá ainda essa preocupação com a objetividade da avaliação. A partir da aprovação dos instrumentos, penso que não. O sistema estará consolidado.

É possível imaginar, hoje, que o Brasil -pelo menos a médio prazo -possa voltar a ter a mesma magnitude de investimentos governamentais no ensino superior que já teve, por exemplo, na década de 60? Isso depende apenas de vontade política ou de condicionantes econômicos irremovíveis?

Há vozes que dizem que gastamos demais na educação superior. Não é o nosso entendimento. Achamos que esses dados que ora se apresentam são contestáveis porque incluem, como gastos em educação superior, aqueles que não são propriamente da educação. Muitas vezes são gastos em ciências e tecnologia, gastos com hospitais universitários, dentro do regime do Sistema Único de Saúde, e gastos com inativos, que não deveriam ser contabilizados da forma como são. Isso faz com que se superestime o gasto com educação superior no Brasil. Há uma outra questão associada a essa: no quadro comparativo, muitas vezes se percebe que há poucos alunos por docente nas universidades, públicas e privadas. Também por aí, às vezes, se faz injusta acusação aos gastos excessivos com educação superior. Pega-se o gasto *per capita*. Não só se divide o total por poucos alunos, mas se acrescentam outros gastos. Diminui o denominador e aumenta o numerador. Quando isso ocorre, aparece um gasto exagerado por aluno. Feitas todas as contas, você verifica não só que há espaço para ampliação do número de matrículas como, fazendo a contabilidade, esse investimento não é tão grande quanto parece. Sim, vejo espaço para investimentos em educação superior. Se há algo que nos orgulha, no MEC, foi ter retomado os investimentos, que haviam caído a zero em 2002. Principalmente na interiorização, que fixa as populações nas suas regiões e promove o desenvolvimento local.

Em nosso entendimento, o Sinaes superou as expectativas. As poucas críticas que recebeu não se sustentam

Alguns dirigentes de instituições de ensino superior particulares queixam-se de que o governo, de modo geral, até por meio das comissões que fazem visitas in loco, *mantém uma postura de fiscalização em relação a elas, e não de colaboração. Qual é a origem dessa atitude? Por que até hoje não foi possível uma parceria franca, sem reservas nem ressentimentos, entre os setores público e privado?*

De novo, a atenção se volta para o trabalho da Conaes. Pelas portarias publicadas, ela tem, entre outras coisas, como homologar e aprovar os instrumentos da avaliação institucional de cursos. Tem o papel de cuidar para que o perfil dos avaliadores seja adequado à nova metodologia. Uma etapa importante do processo de consolidação do Sinaes passa por essa questão. E o MEC tem funcionado ainda muito como cartório. Isso tem de ser alterado, e será alterado no curto prazo. Assim que tivermos os instrumentos devidamente formatados, a sua aplicação fará parte de uma processualística que, ao fim, efetivamente virá promover a mudança desejada pela sociedade.

Os dirigentes sabem que tomamos medidas para desburocratizar. Não elogiam publicamente porque ainda há muito o que fazer

O que pode ser feito para remover a avalanche burocrática que sufoca as entidades particulares?

Estamos tomando várias medidas nessa direção. Os dirigentes só não elogiam publicamente porque ainda há muito o que fazer. Mas, privadamente, eles sabem que várias portarias estão desburocratizando o processo. Vou citar duas, só para efeito ilustrativo. Poderia citar mais. Por exemplo, a liberdade que se deu às instituições isoladas de remanejar vagas entre turnos do mesmo curso. Isso não era possível até poucas semanas atrás, e hoje é possível. Em segundo lugar, a ordenação do cronograma de renovação de reconhecimento de curso. Todas as renovações, a partir da portaria 2.413, passam a ser no momento seguinte ao processo de avaliação institucional. Portanto, uma comissão multidisciplinar chefiada por alguém que tenha composto a equipe que fez a avaliação institucional passa em revista todos os cursos da instituição e renova o reconhecimento de maneira organizada e sistêmica, como estamos insistindo. Isso concorre para a economia processual. Era insano nomear uma comissão para avaliar cada curso. Hoje, fazemos uma comissão interdisciplinar e acertamos o calendário. A instituição não precisa ter quase um departamento para receber as comissões, e renova o reconhecimento até uma próxima avaliação, que se dará, de acordo com a lei, em um prazo máximo de três anos. A idéia traz ganhos conceituais também. No momento em que se passa em revista a instituição, e de posse do resultado do Enade, você aprofunda seu olhar sobre os cursos e renova ou não o reconhecimento de cada um deles - com o estabelecimento, por exemplo, de compromissos naqueles cursos em que notar deficiências. A lógica do Sinaes é extremamente superior à que vinha sendo praticada. Você pode consultar os mantenedores. Há um reconhecimento de que estamos avançando nesse particular. Você nota que, quando há vontade, você efetivamente consegue atingir níveis de excelência sem que, para isso, o processo tenha de ser burocrático. A Capes, sem ter aberto mão de seus princípios em relação a mérito, autorizou um conjunto expressivo de instituições, sem programas de pós-graduação, a oferecê-los a partir de agora. Ficou demonstrado que, quando há um esforço, há sensibilidade do gestor público em reconhecê-lo. A maioria dos recursos que estão em tramitação são de universidades públicas, e não de privadas, inconformadas com a avaliação da Capes.

Entre tudo aquilo que se preconiza para a melhoria do ensino superior, não se estaria subestimando um fator óbvio, a melhoria do ensino médio público?

Acho que não. As ações do MEC voltadas para a educação básica são mais vigorosas do que as voltadas para o superior. Mas, como as últimas recebem muito mais atenção da imprensa, você acaba tendo uma percepção que não é fidedigna em relação às ações do ministério.

O ensino superior não está muito distante da educação básica?

Essa aproximação é fundamental, até porque ela consagra o que chamamos de visão sistêmica da educação. Essa separação foi laboriosamente construída no período anterior, que apostou numa política de foco.

O senhor se refere ao governo FHC?

Diria que, com honrosas exceções, é algo que se desenvolve no país, no mínimo, desde o final dos anos 60. Mas faço referência, por exemplo, à gestão do ex-ministro Murilo Hingel, que tentou romper com essa política de foco, no curto espaço que teve à frente do MEC. Foi uma exceção à regra que perpassa essas três décadas, de afastamento, de apartamento entre a educação superior e a básica. Todo esforço de reforma das duas deve promover essa reconexão. Uma experiência que tem dado muito certo é a Rede Universitária de Formação Continuada. São R$ 40 milhões investidos na educação superior e voltados à educação básica. Estamos apostando em que a universidade pode produzir conteúdos e inovações muito fortes para a educação básica. O Universidade Aberta e a Distância são exemplos; as bolsas de licenciaturas no âmbito do ProUni são um terceiro exemplo, dentre outras ações que procuram

estabelecer essa conexão. O Pró-Licenciatura é outra, inspirado no Universidade Aberta e a Distância. É um caminho esplêndido de formação continuada de professores em exercício. O esforço é grande para promover essa reaproximação, que, infelizmente, não foi cultivada durante um longo período de nossa história.

Outra linha de atuação do MEC diz respeito à defesa do nosso idioma. Quais os objetivos da Comissão de Língua Portuguesa, criada no final de setembro?

Penso que a idéia de formar uma comissão para pensar a língua portuguesa foi muito oportuna, razão pela qual nós a abraçamos. Essa comissão pode ter uma atuação muito interessante em nossas ações voltadas para professores, inclusive para os exames que são aplicados. Ela pode efetivamente elaborar diretrizes para que o Inep *[Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]* e nossos parceiros que aplicam as provas possam se valer dessas diretrizes. Mas a comissão não foi criada só para atuar em território nacional. Desenvolvemos muitas ações no cenário internacional: na Guiné Bissau; em Cabo Verde, onde estamos instalando a primeira universidade pública do país; em Timor Leste, onde a Capes *[Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]* mantém um grande projeto. Junto a Portugal, lutamos para ter uma ação conjunta de divulgação e disseminação da língua portuguesa. Você sabe que há países onde, inclusive pelo cerco das outras línguas, a língua portuguesa está de certa forma ameaçada. É o caso de Guiné, cercada de países de língua francesa.

O MEC tem funcionado ainda muito como cartório. Isso tem de ser alterado, e será alterado no curto prazo

Como avalia a regionalização do livro didático?

Os livros hoje são selecionados e a escolha cabe ao professor. Aquele que julgar importante escolher um livro que contemple a realidade local pode fazê-lo, desde que o título tenha sido selecionado pela comissão que julga tecnicamente a qualidade dessa publicação.

Como as pequenas editoras regionais podem enfrentar o lobby *das grandes?*

Não tenho nenhuma denúncia sobre um viés da comissão em proveito de uma ou de outra editora. Parece-me que todos os livros de qualidade entram no catálogo do MEC, que fica à disposição dos professores. Outro ponto importante é a questão da escala. O que nos permite comprar quase 150 milhões de exemplares ao ano é o fato de que, mesmo com orçamento pequeno, conseguimos essa aquisição porque a escala é muito grande. Vou procurar entender melhor a razão pela qual esses livros regionalizados não estão no catálogo do MEC.

Como se sente um professor universitário no cargo de ministro da Educação?

Primeiro, evidentemente é uma honra poder estar no MEC nessa condição. Experimento o mesmo entusiasmo de quando era secretário executivo. Acho que todos nós, dirigentes do MEC, enxergamos um desafio enorme, o mais importante do país, mas com a consciência de que não serão poucos homens, aqui no ministério, que vão resolver o problema da educação. Temos a consciência clara de que, ou bem isso se torna uma questão nacional, ou poderemos dar alguns passos, mas eles serão tímidos diante da responsabilidade que recai sobre todos nós. A percepção dos limites é do tamanho do desafio.

E como se sente, militante do PT, em meio à crise política?

Acho que não há militante do PT que não tenha lamentado os últimos episódios, até porque eu diria que a quase totalidade não se apropriou das informações todas que estão sendo processadas. Por outro lado, deposito confiança grande nos trabalhos que estão sendo realizados, no sentido de esclarecer a opinião pública do que quer que tenha acontecido, e de, apuradas as irregularidades, punir os responsáveis. Há um prejuízo no cronograma de ação do MEC, principalmente aquele que depende de trabalhos legislativos. É óbvio que não há como acusar o Congresso porque é também sua tarefa investigar denúncias dessa natureza. Há uma recente retomada dos trabalhos, o que nos alegra, porque nossa agenda depende dessa retomada, e a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da PEC *[Proposta de Emenda Constitucional]* do Fundeb já é um prenuncio de que o país voltará à normalidade. Há certo entusiasmo com essa perspectiva. ■

Sérgio ***Rizzo*** *é editor da revista* Educação